ATA DA 62ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Ata da 62ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 25 de setembro de 2015, às 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília Doutor Flávio Augusto Martins Leite, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, o Senhor Coordenador Substituto da COSIST Doutor Túlio Vieira Lins Parca, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas, a Senhora Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância - CGSIS Doutora Rosely de Paula Menezes e a Senhora Assessora do MPDFT Gabriela Badaró. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar Gomes de Oliveira, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão, a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira, tendo indicado para substituí-la nessa reunião, o Excelentíssimo Senhor Defensor Público do Distrito Federal Doutor Leonel Magalhães e o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros, o **primeiro item da pauta: aprovação das atas da 60ª e 61ª Reunião do Comitê Gestor do PJE.** Como não houve impugnação, declarou as atas aprovadas. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista passou ao **segundo item da pauta: assuntos diversos**. Na ocasião, informou que com a recente inauguração da Vara de Execuções de Penas em Regime Aberto – VEPERA que é um desmembramento da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas do DF – VEPEMA, serão redistribuídos cerca de quatorze mil processos, causando um grande impacto na distribuição do Fórum Professor Julio Fabbrini Mirabete. Além disso, a recente implantação do PJE nas Varas de Precatórias do Fórum Mirabete, gerou uma demanda de precatórios represados, fatores estes que foram agravados pela falta de servidores e, deste modo, não houve outra solução a não ser solicitar o adiamento da

implantação do PJE nas Varas de Ações Previdenciárias – Fórum Mirabete, autorizada na última reunião do Comitê Gestor. O Excelentíssimo Senhor Juiz destacou ainda que o novo cronograma de implantação encaminhado é bastante fragmentado e extenso. Na ocasião, o Senhor Secretário do PJE enfatizou que em função da logística de pessoal, optou por iniciar as implantações para 2016, a partir do mês de março, já que nos meses de janeiro e fevereiro há uma maior incidência de servidores e magistrados afastados em virtude de férias. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria enfatizou que o Tribunal está muito desenvolvido em relação ao PJE e embora haja pequenos percalços, temos condições de levar o sistema a todos os juizados cíveis e nos de competência geral, na área cível. Relatou que os magistrados que atuam em varas de competência geral têm manifestado interesse nessa implantação, ainda que só no módulo cível. O Senhor Secretário do PJE destacou que em 2016, implantaremos o PJE em todos os juizados com competência cível e criminal, só no módulo cível. Em 2018, o cronograma será mais robusto, pois será a vez de implantar o módulo criminal nesses mesmos juizados. Questionado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Doutor Flávio Leite sobre qual a principal dificuldade para a expansão do PJE, o Doutor Declieux Dantas respondeu que neste momento, as maiores dificuldades referem-se à infraestrutura e pessoal. Entretanto, acrescentou que com relação a demanda por pessoal, a SEPJE está formando uma lista com servidores que tem perfil e interesse para atuar no PJE e que essa lista já tem vinte e dois servidores interessados. Na ocasião, o Doutor Flávio Leite sugeriu que sejam utilizados servidores de outros juizados onde o sistema já foi implantado para atuar como multiplicadores, a fim de que a transição para o PJE seja mais suave. O Senhor Secretário do PJE destacou que há uma certa resistência em fazer com que os servidores de uma unidade onde o sistema foi implantado, sejam multiplicadores em outra unidade, razão pela qual, estamos investindo na formação desse banco de servidores para o PJE. Em seguida, o Senhor Secretário do PJE informou sobre o pedido formulado pela Doutora Hellen Falcão, representante da OAB/DF, para que fosse dada mais publicidade à divulgação do cronograma das futuras implantações do PJE. Havia sido decidido pelo Comitê, a inclusão da programação da implantação do PJE no TJDFT na página de consulta processual de 1º e 2º graus na página (www.tjdft.jus.br) e que também seriam inseridas no rodapé do PUSH de 1º e 2º graus as informações relativas as futuras implantações em 2015. Todavia, não foi possível colocar a informação da página de consulta processual e a Assessoria de Comunicação Social – ACS está verificando uma forma de deixar a publicidade mais visível, talvez na forma de link. Na sequência, o MM Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista informou que ainda não foi possível realizar a reunião com o Doutor Bráulio Gusmão do CNJ, sobre o grupo de trabalho do PJE – Módulo Criminal. Nesse sentido, a fim de iniciar os trabalhos no âmbito do Tribunal, foi elaborado o fluxo de processos. Conforme destacou, esse fluxo é muito extenso pois foi elaborado respeitando-se todas as fases

do processo legal e o direito à ampla defesa das partes envolvidas. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF Doutor Alexandre Moraes Pereira questionou se existe possibilidade de antecipar o cronograma já que a Procuradoria do DF deverá entrar apenas no final de 2016. O Senhor Secretário do PJE salientou que será muito difícil antecipar qualquer etapa do cronograma, uma vez que os prazos estão bastante exíguos. O Senhor Secretário do PJE também lembrou que na próxima segunda-feira, dia 28 de setembro de 2015 fará a visita ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, juntamente com os magistrados e assessores das Turmas Recursais do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes, para conhecer a versão 1.7.2 do PJE – 2º Grau. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista agendou a 63ª Reunião do Comitê Gestor do PJE para a próxima sexta-feira, dia 02 de outubro de 2015, às 13h30. Por fim, não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão às 14h10, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

MÁRCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA
Juiz Assistente da Corregedoria

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE
Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Procurador de Justiça do MPDFT

LEONEL MAGALHÃES
Defensor Público da Defensoria Pública do DF

ALEXANDRE MORAES PEREIRA
Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral do DF

DECLIEUX DIAS DANTAS
Secretário do PJE

TÚLIO VIEIRA LINS PARCA
Coordenador Substituto da COSIST

ROSELY DE PAULA MENEZES
Coordenadora de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância - CGSIS

GABRIELA BADARÓ
Assessora do MPDFT